

Atraso do Orçamento imobiliza o governo

Marizete Mundim

O governo está imobilizado e sem poder investir nas obras em andamento devido a demora do Congresso em devolver ao Executivo o Orçamento Geral da União (OGU) aprovado para este exercício. Durante todo o mês de janeiro, segundo técnicos da Secretaria Nacional de Planejamento, o governo limitou-se a fazer as transferências constitucionais a estados e municípios e a pagar o salário do funcionalismo público. Obras prioritárias, como a hidrelétrica de Xingó, poderão ser paralisadas, temporariamente, até que o orçamento seja devolvido para sanção do presidente Collor.

“Não podemos investir nada enquanto o orçamento não nos for devolvido para sabermos quais projetos tiveram suas dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso”, lamentou um assessor do secretário Pedro Parente. Historicamente, disse ele, o Congresso vota e devolve o OGU ao Executivo em dezembro “mas este ano só devemos receber a versão final do orçamento em meados de fevereiro”, e até lá o governo não poderá governar. Quando o Congresso devolver o documento, os técnicos da Seplan terão que checar todos os números e somente no final do próxi-

mo mês o Presidente deverá sancionar o OGU.

Na semana passada, o presidente Collor assinou decreto autorizando o Executivo a lançar mão de um doze avos do OGU (cerca de Cr\$ 4,4 trilhões) para cumprir as transferências constitucionais e cobrir despesas de custeio (prerrogativa assegurada pela lei). Com isso, resolveu-se o problema emergencial de pagar a folha de pagamento do Estado e cumprir a Constituição, mas permanece o imobilismo do Governo Federal que continua sem poder liberar investimentos.

Atrasos

Os técnicos da Secretaria Nacional de Planejamento reconhecem que a apreciação de milhares de emendas que foram apresentadas ao orçamento realmente dificultou o trabalho do Congresso. Mas advertem: “Enquanto não recebermos o OGU o País ficará parado”. E exemplificaram: “As obras de manutenção de rodovias, por exemplo, estão paradas porque não sabemos quais estradas foram consideradas prioritárias pelo Congresso”.

Enquanto isso, alertam os técnicos, o custo de manutenção das estradas aumenta e quando os recursos puderem ser liberados terão que cobrir despesas maiores do que

as previstas. Assessores do secretário Pedro Parente disseram que os administradores de obras públicas mais experientes, fizeram saldo de caixa em dezembro, já para prevenir-se do atraso da devolução do OGU pelo Congresso. Com isso, ficaram com caixa para continuar tocando as obras durante janeiro. Aqueles que não tiveram este cuidado, provavelmente estão agora tendo que paralisar, temporariamente, seus projetos.

Informações chegadas à Secretaria Nacional de Planejamento dão conta de que até o final deste mês o Congresso deve encaminhar, informalmente, ao Ministério da Economia uma cópia da versão final do OGU, para que seus técnicos comecem o trabalho de checagem dos números. Oficialmente, entretanto, o orçamento só será entregue em meados de fevereiro.

A partir daí, a Secretaria Nacional de Planejamento começará a conferir, uma por uma, as alterações feitas pelos parlamentares no OGU. O objetivo é verificar se todas as despesas autorizadas têm fonte de receita definida. Só depois dessa checagem dos números, o documento será encaminhado ao Palácio do Planalto para ser sancionado pelo presidente Collor, o que deverá ocorrer no final de fevereiro.